

# SUPRIMENTO DE MÃO-DE-OBRA PARA A AGRICULTURA: UM DOS ASPECTOS DO FENÔMENO HISTÓRICO DA ABOLIÇÃO (\*).

---

MARIA STELLA MARTINS BRESCIANI  
da Universidade Estadual de Campinas (SP).

O reconhecimento da importância de se definir as relações de produção e as relações sociais delas decorrentes para a compreensão de uma determinada formação social constitui a *opção metodológica* que fundamenta nosso trabalho. A presente comunicação pretende ser uma contribuição aos estudos das formas de organização do trabalho na sociedade brasileira. O período escolhido situa-se nas duas décadas imediatamente anteriores à supressão legal do trabalho escravo.

A importância histórica do *tema* inscreve-se em todos os níveis da realidade social e é enfatizado pela ocorrência quase simultânea de dois fatos políticos de incontestável representatividade — a Abolição e a República. Aceita a hipótese de que se encontram sintetizadas no nível jurídico-político as contradições básicas do sistema capitalista, esses fenômenos no âmbito das instituições e das relações jurídico-políticas devem necessariamente esclarecer outros níveis da formação social do período.

Nesta perspectiva, o estudo do encaminhamento legal do processo abolicionista revela-se como o núcleo explicativo das proposições e atuações políticas dos homens encarregados de realizarem a solução do problema econômico fundamental — fornecimento de braços para a lavoura — mantendo-se, contudo, inalteradas as formas das relações de dominação. Ou, ainda, a supressão do trabalho escravo não se realizou como resposta às insatisfações dos escravizados, mas como neces-

---

(\*) — Comunicação apresentada à XXV Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (Rio de Janeiro, julho de 1973) (*Nota da Redação*).

sidade inscrita na dinâmica do sistema capitalista, tanto no nível da unidade política brasileira, como sub-sistema periférico, como no nível internacional, aquele das relações entre sub-sistemas centrais e sub-sistemas periféricos. Respondeu, portanto, à necessidade de reformular as relações de produção levadas a efeito pela classe dirigente, pressionada pelas modificações que ocorriam no âmbito global do sistema.

Nosso *objetivo* neste trabalho constitui menos tentar elucidar um fenômeno de grande complexidade, mas encaminhar a *tendência das opiniões* (proposições e atuações) do grupo dirigente paulista paralelamente à descrição do contexto em que se inserem essas posições. Construir, a partir do repertório das opiniões oficiais, a *problemática em que se inscreveu o processo abolicionista* é nossa preocupação.

\* \*  
\*

O interesse despertado pelo tema deve bastante às *contribuições de numerosos pesquisadores contemporâneos*, especialmente os trabalhos de sociólogos brasileiros que compreenderam a importância do tempo histórico para a explicação de fenômenos sociais. Os estudos desenvolvidos por Florestan Fernandes, Maria Sylvia de Carvalho Franco, Octavio Ianni, Fernando Henrique Cardoso e Paula Beiguelman constituem obras pioneiras de tentativa de compreensão do processo abolicionista como elemento componente de um fenômeno mais amplo — as alterações sofridas na formação social brasileira no final do século passado (1). A estes alinham-se trabalhos de historiadores como Emilia Viotti da Costa, Raymundo Faoro e o do norte-americano Eugene D. Genovese, que também contribuíram eficazmente para a obtenção de um quadro mais amplo de informações sobre o *processo* e a *sociedade* e, principalmente, para o reconhecimento da *importância de abordagens metodologicamente informadas* (2). Importa, entretanto, lembrar que o ponto de partida deste estudo foi a interpreta-

---

(1). — Fernandes (Florestan), *Negros e Brancos em São Paulo*, Companhia Nacional, São Paulo, 1955; —, *A integração do negro na sociedade de classes*, Dominus — Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1965; Franco (M. Sylvia de Carvalho), *Homens livres na ordem escravocrata*, Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo, 1970; Ianni (Octavio), *As metamorfoses do escravo*, Difel, São Paulo, 1962; Cardoso (Fernando Henrique), *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional*, Difel, São Paulo, 1962.

(2). — Costa (Emilia V. da), *Da Senzala à Colônia*, Difel, São Paulo, 1966; Faoro (Raymundo), *Os donos do poder; formação do patronato político brasileiro*, Globo, Rio de Janeiro, 1957; Genovese (E. D.), *The World the Slaveholders made. Two essays in interpretation*, Pantheon Books, New York, 1969.

ção dada ao problema por Celso Furtado em seu estudo clássico sobre a formação econômica brasileira (3).

A preocupação em apontar a contribuição desses pesquisadores reside no endosso que a eles fazemos da necessidade de uma opção metodológica explícita para as pesquisas que objetivam conhecer compreensivamente os fenômenos sociais. A rápida análise realizada de alguns dos trabalhos dos autores citados, não pretende se abalizar numa crítica exaustiva e partiu de uma *sistematização a priori* — a posição metodológica assumida pelos autores. Ainda dentro desta vasta região, que engloba, na maioria dos casos, abordagens impuras, ou seja, análises que sobrepõem critérios de métodos diversos, optamos por uma grande divisão: 1<sup>o</sup>). — os que consideram a sociedade brasileira do período escravista como pré-capitalista, pelos menos na esfera da produção, nível em que se estabelecem as relações sociais básicas, e 2<sup>o</sup>). — os que aceitam a sociedade brasileira como capitalista em formação desde o início de sua colonização, mesmo na esfera produtiva, tipificada a escravidão como instituição.

A partir deste critério bastante amplo, procuramos sistematizar a eficiência da análise de cada autor para a *compreensão da sociedade brasileira* da segunda metade do século XIX e do *processo de modificação das relações de trabalho* nela inscrito. Este trabalho ater-se-á à considerações sobre essa eficiência.

\*

1. — O estudo do grupo que reconhece na Abolição o momento final do processo de adequação da esfera de produção (pré-capitalista) à esfera da comercialização (capitalista) esclarece as variantes metodológicas que aceitam a escravidão como modo de produção diferenciado do capitalista (Genovese, Celso Furtado, F. H. Cardoso, O. Ianni e E. V. da Costa).

Eugene D. Genovese, historiador vinculado às premissas teóricas do materialismo histórico, caracteriza e define a *sociedade escravista* como estruturada no *sistema senhorial*, supondo nele um modo de produção onde uma força de trabalho dependente detem algum direito sobre os meios de produção. Esta definição aceita o senhorialismo como bastante semelhante à servidão, embora não sejam idênticos, e inclui regimes onde os senhores reivindicam como excedente econômico, pagamentos em dinheiro, produtos e serviços. Opõe este sistema social ao capitalismo, onde a característica marcante é o trabalho livre separado dos meios de produção e tornado mercadoria. Uma sociedade dividida em duas classes, a dos escravos e a dos senhores, é sua preocupação básica.

---

(3). — Furtado (Celso), *Formação econômica do Brasil*. 7ª edição. Companhia Editora Nacional. São Paulo. 1967.

A posição assumida por Genovese não constitui, deslizamento para um esquema simplista que facilite a análise; o que se constata é a importância relativa muito grande desses grupos comparativamente aos estratos médios. São os dois primeiros que pesam economicamente em sociedades mantidas pela produção agrícola para exportação e com unidades produtoras organizadas no regime de trabalho escravo. Particulariza mais esta unidade o fato de que produz para um mercado, mas dirige parte de sua energia para a automanutenção e gastos próprios do *status*. Este desvio de força de trabalho para atividades não imediatamente produtivas, justifica-se para a provisão de serviços que permitam à família viver no estilo demandado por sua posição social. Sua análise centra-se nessa posição: o período mercantilista — período de acumulação primitiva — encontrou na recriação do trabalho escravo a forma de explorar povos atrasados extraindo o maior excedente econômico possível. Essa dualidade do capitalismo como um todo, essa justaposição de mundo burguês europeu e mundo arcaico nas Américas como dualidade integrada constitui a característica básica do sistema colonial americano.

Genovese discute basicamente e de forma comparativa a colonização européia mostrando os pontos extremos que atingiu. O absentismo da exploração comercial representou, por um lado, a forma mais completa da exploração do trabalho escravo nas colônias holandesas onde não chegou a se constituir uma sociedade específica de trabalho escravo mas somente uma área de exploração comercial. A não permanência dos proprietários das terras, muitas vezes firmas comerciais, a direção das unidades produtoras delegada a administradores, fez dessas colônias áreas de produção de mercadorias para a Europa exclusivamente, sem a fixação permanente do europeu. No extremo oposto encontravam-se as áreas do sul da América do Norte e a colônia portuguesa, onde não só se estabeleceram relações de trabalho escravo visando a produção para o mercado europeu, mas os elementos europeus se fixaram dando origem à sociedade paternalista específica.

Quanto ao *processo de emancipação dos escravos*, o Autor apresenta um esquema complexo que pretende analisar a problemática das várias sociedades escravistas coloniais e seus respectivos processos abolicionistas. Reconhecendo peculiaridades regionais no momento mesmo do estabelecimento da escravidão no Novo Mundo, Genovese matiza o grupo dos donos de escravos tendo em vista a conjuntura histórica da sociedade de que são componentes (Inglaterra, Holanda, Portugal, etc.). Esta linha de análise estende-se ao Brasil, onde se podem estudar pontos extremos da possibilidade de variação: O Nordeste — sociedade típica escravista, bastante semelhante à do sul dos Estados Unidos e o Oeste paulista que, apesar de utilizar mão-de-obra escrava, não chegou a estruturar-se dentro de um modo de produção

escravista ou senhorial. Não aceitando uma tese única para a Abolição, o Autor considera como ponto central a ser estudado, no caso do Brasil, os homens da área do Oeste paulista, que diferencia daqueles senhores do Vale do Paraíba, envolvidos num processo que, se não interrompido, os levaria a uma sociedade muito semelhante à dos senhores de engenho do Nordeste.

O trabalho de Celso Furtado, pesquisador pioneiro que como economista compreendeu a necessidade do estudo do processo histórico para a apreensão da organização econômica, constitui a base de informação para o Autor norte-americano acima citado, que se reporta em seu trabalho também, entre outros autores, ao grupo de pesquisadores brasileiros já mencionado. Celso Furtado afirma a *dualidade estrutural da sociedade brasileira* do período escravista, como capitalista na esfera da comercialização e pré-capitalista na esfera da produção, confirmando a continuidade dessa diferenciação estrutural econômica e, portanto, social mesmo após a Abolição, quando as áreas de economia de subsistência passam a representar a forma arcaica (pré-capitalista) de organização da produção e a economia de mercado constitui a forma moderna (capitalista) embasada no trabalho livre. Quanto ao processo abolicionista, seu estudo confere ênfase especial à atuação dos cafeicultores paulistas. Num primeiro momento os fazendeiros de café, tanto os do Vale do Paraíba como os do Oeste paulista configuraram-se como grupo dominante homogêneo, contrastando com aqueles das demais regiões do país, no decorrer do século XIX. Essa *nova classe* formara-se em uma frente ampla: aquisição de terras, recrutamento de mão-de-obra, organização e direção da produção, transporte interno, comercialização nos portos, contatos oficiais, interferência na política financeira e econômica. Nesta perspectiva, o encaminhamento do problema de suprimento de mão-de-obra para a lavoura constitui o ponto de diferenciação e divergência entre esses homens. A ocorrência de um trauma regional com a emancipação dos escravos opõe o Vale do Paraíba à área do Oeste paulista. Como zonas de maior importância relativa dentro da economia brasileira do século XIX, o estudo do processo de substituição do regime de trabalho na Província de São Paulo possibilita a comparação entre as duas áreas, estabelecendo a particularidade do Oeste paulista.

O interesse de Furtado ao encaminhar o estudo da Abolição no nível econômico justifica-se diante da *necessidade de ser solucionado naquele momento o problema da continuidade da produção cafeeira*. Num período de carência da mão-de-obra escrava, a imigração se impôs como imprescindível e à *maior rentabilidade do trabalho livre* em contraposição ao trabalho escravo, oneroso economicamente e condenado ideologicamente pelos princípios filosóficos burgueses, definiu a opção pela Abolição.

Os trabalhos de Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni desenvolvem-se dentro de uma esquema explicativo que sobrepeõe critérios de análise diversos. No caso de Fernando Henrique temos o esquema marxista e seus conceitos para as relações de produção, a reinterpretação da análise estrutural-sincrônica conjugada ao conceito de processo e da interpretação funcionalista incorporada ao conceito de totalidades particulares e a tipologia weberiana para as ações sociais diferenciadas de acordo com os vários grupos sociais (4). A perspectiva de abordagem dos sociólogos caracteriza-se pela não decomposição dos vários níveis como constituintes e interatuantes da realidade em cada etapa da análise. Sinteticamente, Octavio Ianni compreende a sociedade escravista como um *sistema societario de castas ou estamental*, dicotomizado em senhores e mancipios, brancos e negros, onde o grupo branco detem a posse dos meios de produção, do produto do trabalho e mesmo da pessoa do trabalhador; e Fernando Henrique como uma *sociedade senhorial* organizada nos moldes de uma *estrutura patrimonialista* com posições assimétricas na estrutura social, correspondendo a formas de comportamento reguladas por rígidas expectativas de dominação e subordinação. Nessa sociedade, a condição jurídica do escravo é de coisa:

"o escravo apresentava enquanto ser humano tornado coisa, como alguém que embora fosse capaz de empreender ações com sentido, pois que eram ações humanas, exprimia na própria consciência e nos atos que praticava, orientações e significações sociais impostas pelos senhores. Os homens livres, ao contrário, sendo pessoas, podiam exprimir socialmente a condição de ser humano organizando e orientando a ação através de valores e normas criados por eles próprios" (p. 134).

*O processo abolicionista é compreendido como a formação da sociedade capitalista nas regiões brasileiras por eles estudadas, pois*

"o sistema escravocrata, por condições inerentes a si mesmo, constituía um obstáculo para o desenvolvimento das forças produtivas e para a formação plena do sistema capitalista de produção no Rio Grande do Sul. Ou seja, a escravidão fora o recurso escolhido para organizar a produção em grande escala visando ao mercado e ao lucro (formação do sistema capitalista), mas o desenvolvimento pleno do capitalismo (a exploração da mais-valia relativa) era, em si mesmo, incompatível com a utilização da mão-de-obra escrava através da qual não é possível

---

(4). — Veja-se a "Introdução" de *Capitalismo e Escravidão*, (p. 9-33).

organizar técnica e socialmente a produção para obter a intensificação da exploração da mais-valia relativa" (p. 207).

Emilia Viotti da Costa atem-se também à premissa do privilégio do nível econômico sobre os outros *planos da realidade*, mas sua análise diferencia-se das anteriores pela pouca utilização de sínteses interpretativas e pela extensão de detalhadas análises descritivas separadas operacionalmente em quatro planos paralelos — econômico, social, político e ideológico. A tentativa de síntese globalizadora é empreendida na parte de conclusões e nela não aparece nítida a caracterização da sociedade escravista, existindo esparsas menções à *classe senhorial* relacionada com o *modo tradicional de produção* e às *estruturas arcaicas da economia*. A contribuição básica de seu trabalho constitui a descrição exaustiva que faz da sociedade brasileira e a elaboração de um quadro o mais amplo possível do processo de transição da *sociedade senhorial* para a *empresarial*, aparecendo implícita a aceitação do esquema sociedade pré-capitalista — abolição — sociedade capitalista.

\*

2. — Raymundo Faoro, M. Sylvia de Carvalho Franco e Luiz Pereira participam do grupo dos que entendem as sociedades coloniais como capitalistas em formação e nomeiam a escravidão como instituição.

Maria Sylvia coloca sua posição como

"um esforço para não renunciar aos conceitos inclusivos, que apreendem as situações sociais como conjuntos significativos de relações, mas também de evitar os perigos do esquema escravismo-feudalismo-capitalismo nas interpretações da sociedade brasileira, as quais, mesmo em versões sofisticadas, fazem tábula rasa das dificuldades de periodização histórica... um esforço para não cair no artifício de fragmentar a realidade investigada conforme as analogias que se puder distinguir entre seus componentes, apreendidos discretamente e os elementos de conceitos referidos a constelações históricas de ordem e de sentido diferentes".

Para a autora a combinação produção para subsistência e produção para mercado, combinadas na unidade latifúndio, podem levar a

"uma visão dissociativa dos componentes do latifúndio e indicam que, nele, formações sócio-econômicas distintas estão combinadas, compondo uma dualidade".

Porem a posição assumida por M. Sylvia define

"aquelas duas modalidades de produzir como práticas que são constitutivas uma da outra".

A economia colonial apresentou-se então, não como "dualidade integrada" mas como "unidade contraditória". E conclui

"essa síntese, determinada na gênese do sistema colonial, sustentou, com suas ambiguidades e tensões, a maior parte da história brasileira".

A modernidade da colonização portuguesa indica a dificuldade de se conceituar um modo de produção a partir da presença do escravo e indicam a natureza da *escravidão* como sendo uma *instituição*.

Apesar de aceitar o capitalismo como o conceito inclusivo dessa sociedade, M. Sylvia indica em suas conclusões que *no período anterior à Abolição não se completou o processo de constituição de uma sociedade de classes*. O isolamento que o tipo de exploração econômica estabelecia

"impediu os grupos dominantes de identificarem seus objetivos econômicos comuns e agirem como unidade". Enquanto homens situados economicamente" — prossegue — "organizam seu universo conforme seus interesses, conformando-os aos requisitos dos mercados internacionais".

Porem presos ao latifúndio não se situam socialmente, não apresentando os grupos dominantes as características de uma formação estamental, pois

"em lugar da durabilidade que esta pressupõe, apresentou uma fluidez constante; em lugar de camadas fechadas e nitidamente diferenciadas pela estilização da forma de vida, agregou grupos fracamente delimitados e com marcas exteriores pouco precisas".

E conclui finalmente que,

"a civilização do café constituiu-se a partir de um universo econômico em expansão, onde o projeto de todos foi enriquecer e onde os meios de enriquecimento não estiveram monopolizados".

Esta afirmação contrasta bastante com a apresentada por Genovese quando aproxima o cafeicultor do Vale do Paraíba, região estudada pela autora, a um rígido sistema senhorial, próximo do feudalismo.



Ainda nessa linha de abordagem, Luiz Pereira (5) também aceita as sociedades coloniais, e estende sua afirmação à totalidade da colonização americana, como fenômeno da formação do capitalismo internacional ou inter-societário, mostrando a impossibilidade de reimplantação de um modo antigo de produção. Para o Autor, a escravidão do africano constituiu a solução possível na conjuntura específica da instalação da exploração agrícola monocultora para exportação. Sua análise não se aprofunda na descrição dessas sociedades coloniais, mas atem-se aos vínculos existentes entre os subsistemas centrais e periféricos. Quanto aos subsistemas periféricos (áreas coloniais) fazem parte da etapa mercantilista do capitalismo e

"participam da gestão da etapa subsequente, não apenas como produtores e exportadores de excedente econômico para os sub-sistemas centrais, mas também como inovadores em formas de produção que vão além das implicadas pelo capitalismo puramente comercial (as *plantations* enquanto unidades de produção capitalista-escravocratas)".

Para o Autor, a *substituição do trabalho escravo pelo assalariado constitui etapa importante para a plena configuração do modo de produção capitalista*. A descrição que empreende no sentido de caracterizar essas duas sociedades é generalizante, tanto para os elementos determinantes do período mercantilista, quanto para os dos períodos liberal-concorrencial e monopolista-neocapitalista, sendo a diferenciação somente em termos de sub-sistemas centrais e de sub-sistemas periféricos e quanto à natureza dos vínculos estabelecidos entre eles, inexistindo análise de sociedades nacionais.

Nessa posição de compreensão da sociedade colonial brasileira como extensão da européia capitalista em gestação, também encontra-se Raymundo Faoro. Seu trabalho desenvolve-se no sentido de mostrar como o processo abolicionista é conduzido, apesar do protesto de quase toda a lavoura nacional e de acordo com a exclusiva conveniência do pequeno setor imigrantista. Para explicar esse fenômeno aparentemente contraditório ele recorre ao exame da organização política imperial. Fortemente centralizada, principalmente durante o 2º Reinado, a estrutura política encontra bases para alicerçar-se nos bachareis e letrados que compõem o estamento burocrático. O desenvolvimento dessa camada desenraizada de suas origens sociais rurais configurou-se numa identificação com a missão de engrandecer o Estado. *A Abolição é então explicada pela ação conjugada do estamento buro-*

---

(5). — Pereira (Luiz), "História e Planificação" in *Ensaio em Sociologia do Desenvolvimento*, Pioneira Editora. São Paulo, 1970.

*orático, movida pela sugestão imperial e auxiliada pela nova instituição, o Exército*, em proveito dos proprietários que haviam aderido ao trabalhador importado da Europa.

Acreditamos ter com essa apresentação sumária fornecido alguns elementos para a apreciação de diversas posições em relação à caracterização da sociedade escravista e ao processo abolicionista no Brasil. A discussão da eficiência de suas análises envolve elementos bastante complexos que serão apenas indicados neste trabalho:

— Aceita a necessidade da utilização de esquemas analíticos interpretativos como premissa de análise, essa utilização envolve a discussão da rigidez e da flexibilidade desses esquemas, deles resultando possibilidades interpretativas *ricas* pela compreensão da peculiaridade dos fenômenos históricos e *pobres* pela adesão a generalizações simplificadoras. A discussão engloba as posições que pretendem superar as generalizações necessariamente simplificadoras dos esquemas através da superposição de esquemas. Essa tentativa empreendida no sentido de enriquecer a análise pode resultar numa síntese em que os *rótulos* surgem mais diversificados, existindo ainda neste caso o problema da incompatibilidade da utilização conjunta desses esquemas, nem sempre elucidada e/ou pensada no decorrer da proposição metodológica e da análise (6). Ainda parece importante pensar a possibilidade de se optar por uma teoria utilizando seu método para desenvolver um esquema interpretativo a partir do trabalho de pesquisa junto aos documentos, procedimento esse que permite a compreensão da peculiaridade dos fenômenos históricos.

— Outro aspecto que gostaríamos de apontar constitui o da importância e da necessidade atuais de análises descritivas, teoricamente informadas, de fenômenos históricos de importância significativa para a compreensão da sociedade brasileira de nossos dias.

\* \* \*

O trabalho junto à documentação resultou desse contato com a bibliografia mais representativa existente sobre o tema e o encaminhamento metodológico, fornecido em grande parte por esses autores, representa a colocação resultante do esforço crítico realizado na leitura de seus trabalhos. Esquematicamente nosso estudo perfaz três etapas operatórias: escolha do tema e da documentação teoricamente informada, análise descritiva dos textos e esforço compreensivo dos elementos fornecidos pela análise através do encaminhamento de hipóteses explicativas que possibilitem um estudo mais amplo. A separa-

---

(6). — Sobre o problema da utilização conjunta de esquemas interpretativos ver o esclarecedor trabalho de Luiz Pereira citado na nota 5.

ção em três etapas não implica numa separação entre os objetivos propostos em cada uma, que contrariamente, permanecem indissociáveis em todas elas. Em suma, separar descrição de interpretação (ou significação) não impõe a visualização de um processo por etapas. A globalidade que uma formação social representa não é posta de lado em nenhum momento da análise e a etapa descritiva só é possível e só fornece os elementos para a interpretação quando informada por uma teoria que pretenda explicar a sociedade como um todo.

Nesse sentido, a etapa descritiva sucede à escolha anterior, resultado de uma opção metodológica, do fenômeno histórico a ser estudado, e que no nosso caso representa a irrupção de tensões latentes e sob controle durante mais de três séculos da formação social no Brasil. Importa saber porque num determinado momento, aqui entendido como o processo jurídico-abolicionista, tensões constantes entre os componentes da sociedade brasileira, tanto as existentes entre classe dominante e classes dominada, como as que vão se intensificando entre os elementos de uma mesma classe emergem de forma conflitante e aparentemente desequilibram as relações de dominação. O reconhecimento da especificidade das formações sociais coloniais conduz à impossibilidade de transposição de esquemas explicativos pertinentes para o mesmo período para as áreas centrais do capitalismo e de esquemas explicativos de períodos anteriores a esses para as mesmas áreas centrais. As diversas áreas periféricas do sistema capitalista representam formações sociais específicas, principalmente tendo em vista a forma como o nível econômico estabeleceu-se (relações de produção e relações sociais de produção) com a apropriação conjunta da terra, dos instrumentos de trabalho e da pessoa do trabalhador importado da África, mantendo, em determinados períodos, vínculos semelhantes com as áreas centrais.

\* \*

\*

O *corpus* para análise utilizado foi construído a partir dos Relatórios dos Presidentes da Província de São Paulo, do período crítico da substituição do trabalho escravo pelo livre. A posição de um Presidente de Província no regime imperial representava a do intermediário do poder central que o nomeava e o poder local assumido pelos componentes da Assembléia Legislativa Provincial. Dessa maneira esses homens incumbidos do desempenho da administração de uma determinada região do Império do Brasil, veiculavam em seus discursos os elementos de ligação entre os poderes executivo e legislativo centrais (Imperador, Ministros e Assembléia Nacional) e a direção da Província submetida e restrita aos limites impostos por algumas das decisões da

sua Assembléia. Administrar os negócios públicos da Província equilibrando decisões e proposições de âmbito nacional e regional e supervisionar o desempenho de seus auxiliares subalternos constituem os elementos componentes do universo de preocupações e das atividades por ele desenvolvidas. Os relatórios apresentados na sessão de instalação anual da Assembléia Provincial e por ocasião da transferência da presidência para seu substituto constituem a verbalização desse universo, compondo um *corpus homogêneo* para a análise da posição oficial frente as diversas áreas da competência administrativa, ou seja, aquela assumida pelo administrador de Província.

Nesses relatórios foram separados os itens referentes a *Elementos Servil, Agricultura, Colonização e Imigração* considerados *representativos* das proposições e atuações presidenciais no encaminhamento do problema de suprimento de mão-de-obra para a agricultura. O *corpus* para análise é portanto, necessariamente *limitado* mesmo considerado somente o nível político, mas o reconhecimento do alcance de seus enunciados possibilitam um trabalho rigoroso e de resultados controláveis em todas as etapas.

\* \*  
\*

## 1. \_ TENDENCIA: 1855-1889.

O estudo dos itens escolhidos dos Relatórios Presidenciais permite numa primeira etapa apreender a tendência das posições assumidas pelo agente histórico no exercício do poder quanto ao problema econômico fundamental da Província.

Tomando o ano de 1855 como ponto de referência inicial, encontra-se já delineada a cultura do café como a mais importante. A preocupação com a colonização vem incluída numa apreciação do crescimento da produção após a supressão do tráfico e é indicada como uma entre outras medidas necessárias para uma "progressão sempre ascendente". A abertura de vias de comunicação, a educação profissional e o crédito para a agricultura completam o repertório das propostas do Presidente. "As vantagens imediatas da estrada de ferro" merecem atenção especial representado:

"o desenvolvimento de comércio de Santos; o desenvolvimento do trabalho livre e colonização espontânea; a redução do preço dos transportes a uma terça parte do que se pagava; o melhoramento dos processos industriais; o aumento excessivo no valor das terras; a cessação das despesas avultadas que se fazem com a parte da estrada que seria substituída pela linha férrea;

a influência da facilidade de comunicação sobre o estado moral e político da provincia; e finalmente a criação do espirito de empresa".

Entretanto, em 1855 a colonização já se encontra referida como "matéria do mais vital interesse para a sociedade brasileira", como "o meio mais proffcuo para sustentar nossa agricultura". A preocupação relativa à substituição dos braços que o tráfico africano deixara de suprir fornece um quadro onde o ponto de referência constitui a agricultura. Segundo o próprio relatório

"A agricultura, fonte perene de prosperidade e riqueza para todos os povos, representa tambem a única indústria, a que com vantagem se podem dediciar aquelas nações que começam a sua existência. O aparecimento da indústria fabril só mais tarde pode ter lugar, porque as fábricas dependem dos produtos da agricultura, vivendo da transformação de suas matérias primas, e essa transformação exige superabundância de braços e muitos cabedais e conhecimento, que por ora não se encontram".

A carestia dos gêneros de primeira necessidade é considerada consequência de uma política de auxílios financeiros dispensados a fábricas "que nenhuma garantia de estabilidade oferecem" em detrimento das empresas agrícolas. A posição de defesa em relação a "primeira fonte de nossa riqueza" persiste como uma constante nos relatórios que reconhecem ainda o pouco desenvolvimento do "ensino prático da agricultura" e a "ignorância de como se possa cultivar a terra com poucos braços". Em 1860, o problema imigração torna-se mais complexo: o presidente adverte que contranstando com os esforços desenvolvidos pelo governo imperial para "atrair ao país estrangeiros afeitos à idéias de ordem e trabalho" estávamos "desprezando os poderosos elementos da colonização que o país oferece". A ocupação dos elementos da "classe menos favorecida da fortuna", e retirando-as da indolência, da inércia e das necessidades em que viviam, concorreria tambem para a diminuição do número de delitos nas estatísticas criminais.

No relatório de 1872, aparece definida a aceitação do desaparecimento da escravidão como em processo e o governo assumia a organização do trabalho livre conclamando a colaboração do "lavrador cauteloso e previdente". Os elementos que operariam como transformadores do regime de trabalho eram os "braços livres provenientes das populações mais laboriosas e morigeradas da Europa", "a educação dos nacionais para o mister da lavoura", "um tratamento humano e manumissões prudentemente outorgadas que convertessem o escravo, até então instrumento cego e brutal de trabalho, em consciencioso ope-

rário" e a promoção da "catequese e civilização dos indígenas". A simples enumeração dos elementos considerados necessários para o processo de substituição do trabalho escravo para o trabalho livre estabelece enfaticamente a importância relativa do imigrante estrangeiro, trabalhador já formado, em relação aos elementos nacionais que deveriam sofrer um aprendizado para a sua adequação às necessidades da economia agrícola.

Na década de 1870 o problema do suprimento de mão-de-obra para a agricultura articula-se entre os núcleos coloniais do governo provincial, destinados a cultura de gêneros alimentícios para os centros urbanos, e as colônias particulares, estabelecidas em fazendas agrícolas. O poder executivo define sua participação com o objetivo de fixar os imigrantes à terra oferecendo-lhes resposta satisfatória às suas aspirações. A escolha das áreas para a formação dos núcleos coloniais obedece à síntese dos interesses governamentais e dos trabalhadores estrangeiros: uberdade das terras, proximidade dos centros urbanos e transporte fácil. Combinavam-se o suprimento dos mercados urbanos e o desejo do estrangeiro de ser proprietário, de não povoar os sertões desbravando matas virgens, mas de cultivar terras pelos métodos de seu conhecimento. Fixavam-se as bases da pequena propriedade voltada para a população das cidades adiando para um futuro não previsto o fornecimento de braços para a grande lavoura a partir desses núcleos coloniais.

A responsabilidade atribuída aos fazendeiros para a iniciativa de substituir o braço escravo que desaparecia de suas propriedades pelo trabalhador livre constitui a constante dos relatórios. Essa conduta de não interferência do governo na resolução dos problemas da grande lavoura aparentemente recebia o endosso dos grandes proprietários que ainda auxiliaram a autoridade governamental na escola "dos lugares mais apropriados para a fundação das colônias" para a pequena lavoura. Os relatos falam mesmo de desconhecimento sobre o estado das colônias particulares, ficando o fornecimento dessas informações na dependência da boa vontade do proprietário. Decorrem dessa separação de atribuições as informações imprecisas sobre o problema da mão-de-obra nas grandes unidades monocultoras, que os relatos presidenciais proporcionam.

Indicações esparsas sobre o "sistema de locação de serviços" esclarecem que as relações sociais de produção se articulavam em torno de três possibilidades: a parceria, a empreitada e o salário, evidenciando a preferência pelo último. O equilíbrio interno das colônias era, pelo menos no caso de uma das examinadas, mantido "por um Regulamento cujas disposições aplicavam-se a todas as pessoas nela Residentes". A interferência das autoridades nesses núcleos coloniais reali-

zava-se, somente quando eclodiam tensões na forma de ocorrências delituosas, como no caso do "salto Grande", em 1877, ocasião em que os colonos permaneceram em greve mesmo após a prisão e condenação dos chefes do movimento.

Quanto aos outros elementos que deveriam compor o quadro dos trabalhadores livres, a preocupação perdura na forma de propostas sobre o aproveitamento dos "nacionais" e na apreciação do andamento da libertação dos escravos através do fundo de emancipação.

Na década de 1880, a transição do trabalho escravo para o livre é considerada "evolução social" e "melhor compreensão dos verdadeiros interesses da lavoura". O agente da "Inspetoria Geral das Terras Públicas e Colonização", grande fazendeiro do Oeste paulista, convoca a Assembléia Legislativa para adoção das "medidas que as circunstâncias reclamavam". A cooperação conjunta do governo Imperial, governo provincial, Assembléia Legislativa Provincial e dos proprietários de terras é considerada a forma possível para que a iminente transformação do trabalho se processe sem o escasseamento da produção agrícola, única atividade em grande escala da economia.

A introdução de imigrantes é nomeada a "necessidade social que exige os mais sérios cuidados de qualquer administração" e o imigrante definido como "um elemento indispensável para a transformação do trabalho que se opera". São rescindidos contratos com importadores de trabalhadores que atuavam com má fé; cuida-se da propaganda, na Europa, das verdadeiras condições existentes na Província; discute-se a formação de escolas práticas de agricultura, onde se efetuará o aprendizado do manejo dos instrumentos agrícolas, de noções elementares de botânica e zoologia, aritmética, geometria, escrituração mercantil como as principais entre outras, formando-se através dessas escolas jardineiros e administradores de fazendas. Envidam-se tentativas de enviar imigrantes para o norte da Província, respeitando-se contudo, a decisão dos imigrantes de se fixarem no oeste. Em 1882 é promulgada a lei que facultava aos presidentes de Província a concessão de cartas de naturalização a estrangeiros.

Neste quadro de preocupações, as informações monotonamente repetidas, em todos os relatórios, sobre o estado da libertação dos escravos, sem qualquer comentário quanto à utilização dos libertos após os anos de prestação de serviços devidos ao seu proprietário, demonstram a ausência de um esforço, por parte da administração, no sentido de integrar o liberto ao sistema produtivo por meio do trabalho livre. Encontram-se mesmo considerações sobre o "máximo empenho" desenvolvido "pela maior parte dos fazendeiros, principalmente os do oeste, para a substituição dos braços" convencidos de que o menor número de colonos em relação aos escravos que desapareciam era com-

pensado pela inteligência e boa vontade do trabalhador livre. Se, entre os chamados trabalhadores livres se alinhavam os ex-escravos, isto não é explicitado nos relatórios.

Os discursos humanitários sobre a supressão de "instituições incompatíveis com as sociedades civilizadas" constituíram uma preocupação social apenas esboçada num primeiro momento e desapareceram quando as necessidades da grande propriedade encontraram a forma mais adequada de suprimento de braços, na corrente imigratória conduzida pelo aparelho estatal. A grande propriedade monocultora reformulava as relações de produção como única forma de manter-se como unidade produtiva. O imigrante fixara-se como o elemento básico dessas novas relações e passara a constituir o núcleo central das discussões sobre a forma de exploração da terra e do trabalho.

\* \*  
\*

## 2. — *PROBLEMÁTICA.*

O percurso desenvolvido pelas discussões no nível do exercício do poder configura, de maneira explícita, a tendência geral de nuclear as questões econômicas em torno de uma problemática que expressa através do problema da mão-de-obra a necessidade da formação de um mercado de trabalho.

Seus parâmetros mais gerais são dados pelos temas: Abolição, Imigração e Colonização. No interior desse espaço definem-se três áreas perfeitamente delimitadas: a estrutura político-administrativa, a estrutura de propriedade, com as formas alternativas de exploração do solo e as relações de trabalho.

A primeira dessas áreas organiza-se a partir de elementos cujo envolvimento ocorre progressivamente: o governo central, o governo provincial, os proprietários de terras, as associações particulares e a Assembléia Provincial. Num primeiro momento, o setor administrativo apenas levanta a questão da inevitabilidade da modificação do regime de trabalho, advertindo os grandes proprietários da necessidade de uma progressiva introdução do trabalhador livre como substituto da mão-de-obra escrava, inexistindo, entretanto, interferência direta por parte do poder governamental. Num segundo momento, percebe-se através da documentação a pressão exercida pelos grandes lavradores para que o governo (geral e provincial) assuma parte das responsabilidades pela introdução dos trabalhadores livres provenientes da Europa. Ao se configurar a situação de crise, afetando um dos fatores básicos da produção (mão-de-obra), articula-se a ação dos agentes político-econômicos tendo em vista dar resposta satisfatória às necessida-



des da grande propriedade. A preocupação com os vários problemas intimamente ligados à lavoura, entre eles, o da modernização das técnicas agrícolas e o aumento das vias de comunicação, permanece complementar, ocupando lugar prioritário à solução da carência de orações como a forma de impedir a interrupção do processo produtivo, do qual dependia economicamente a Província.

Dois grandes proprietários, nomeados presidentes nos anos críticos de 1887 e 1888, veiculam através dos relatórios suas preocupações como presidentes e como representantes de uma fração de classe, conjugando em seus relatos as "aspirações" da grande propriedade às "aspirações" dos paulistas. Simplificando suas proposições podemos ver que postulam a importância da agricultura monocultora para exportação como a base econômica da Província, responsável pelas condições de existência dessa região do país. Reside, portanto nessa posição privilegiada, em relação às outras atividades econômicas, a realização do esforço conjunto para resolver uma questão que, colocada nestes termos, dizia respeito a todos.

Na segunda área desse espaço articulam-se os elementos que efetivamente se apresentavam como solucionadores da transição para o trabalho livre: o *imigrante*, o *colono*, o *escravo*, o *liberto* e o *nacional livre*. Após iniciada a fase crítica do processo abolicionista, os possíveis substitutos do trabalhador que desaparecia passam a constituir o tema mais frequente de debate. O aproveitamento de elementos já existentes no país — o escravo manumitido, o "nacional" livre e o indígena — e a importação de imigrantes europeus surgem dando sentido a toda uma área da ação política do período. Esses elementos, entretanto, são indicados diferencialmente. Enquanto o europeu é considerado um trabalhador já formado, os elementos nacionais são indicados não por seus nomes (ex-escravo ou liberto, agregado e indígena) mas pelo processo pelo qual deveriam passar (manumissão, civilização, educação). Concorrem para dificultar o processo de adequação dos elementos nacionais ao trabalho agrícola qualidades adquiridas ou inerentes à condição de vida de cada um (brutalização do trabalho escravo, inércia e vícios do agregado e a resistência à vida sedentária do índio). Ainda, participam como elementos que constituem obstáculos ao processo de ressocialização o proprietário de escravos que prefere o trabalhador europeu ao escravo alforriado, o dono de terras que resiste em modificar a posição de economicamente dependente para assalariado do "nacional" livre (agregado), e a ausência de sacerdotes interessados na catequese e civilização dos índios. Configurações sociais bastante sedimentadas, respondendo a necessidades econômico-político-ideológicas, expressam a persistência da realidade de vida da formação social apesar do surgimento de um novo componente — o trabalhador livre.

A resistência à modificação das formas em que esses elementos nacionais inseriam-se nas estruturas sociais, não incluídos diretamente no sistema de produção da grande propriedade agrícola, tornou a opção pelo trabalhador livre importado o núcleo das preocupações governamentais. Suprir a lavoura de mão-de-obra torna-se sinônimo de importar trabalhadores europeus, principalmente o trabalhador agrícola. O camponês — categoria social européia — transforma-se no contexto brasileiro adquirindo dupla configuração: o *colono* — elemento constitutivo dos núcleos coloniais governamentais (imperial e provincial) e o *imigrante* — elemento componente dos grupos do trabalho nas grandes fazendas. Nos relatórios presidenciais não existe uma nítida diferenciação entre os dois termos e esse procedimento pode ser pensado como o impacto de uma nova situação com novos elementos que precisavam ser discutidos. Na prática, entretanto, a diferença entre o pequeno proprietário dos núcleos e os trabalhadores livres das fazendas constituía realidade ineludível.

O imigrante destinado aos núcleos coloniais e aí integrado como pequeno proprietário fazia parte da prática colonizadora do governo interessado, num primeiro momento, em suprir os mercados urbanos de produtos de subsistência e em fixar o trabalhador imigrado à terra que cultivava, permitindo aos núcleos a continuidade de sua função de fornecedores. O imigrante encaminhado às fazendas, através de empresas particulares, mesmo quando subsidiadas pelo Estado, respondia a carência de mão-de-obra enfrentada pela lavoura. A dissociação da ação política do governo e dos grandes proprietários desaparece quando a crise se declara flagrantemente, e uma política unificada que reconhece a primazia das necessidades da grande lavoura impõe-se como preocupação única. O governo, nessa segunda etapa, desloca-se de uma posição de neutralidade aconselhadora para a de defesa da economia agrícola. Interessa anotar que os relatos oficiais, mesmo os realizados no período que nomeamos 1ª etapa, declaram sempre a agricultura de exportação como a base econômica da Província, existindo permanente preocupação com as vias de comunicação que facilitassem o transporte dos produtos da lavoura. Entretanto, somente dez anos antes da Abolição, assumiu o governo a responsabilidade pela manutenção da lavoura apesar da transformação no regime de trabalho.

Não cabe discutir neste estudo, principalmente tendo em vista a natureza limitada da documentação utilizada, o significado ideológico da carência de mão-de-obra declarada frente a oferta potencial interna não utilizada, sub-utilizada e dirigida diferencialmente. Fica, contudo, indicada a importância do significado da disjunção carência declarada/oferta potencial como um elemento nuclear para a compreensão do processo abolicionista em São Paulo.

O imigrante, como resultado da opção entre as possíveis respostas para o suprimento de mão-de-obra, provocou problemas de adequação não só dele à sociedade brasileira mas também do proprietário frente às novas relações de trabalho. As sucessivas alterações nas formas de pagamento do trabalho — parceria, empreitada e salário — e as discussões sobre a eficiência dessas formas, representou um processo onde imposições e concessões envolveram trabalhador quanto o proprietário. É bem verdade que algumas modificações foram evitadas com o não aproveitamento dos elementos "nacionais" existentes ocorrendo, por outro lado, modificações cujo alcance relativo aparentemente adquiriu grande importância. O europeu suscitou discussões que excederam o das relações de trabalho. A preocupação quanto à estrutura da propriedade da terra, inexistente em relatos oficiais anteriores, eclodem entre defensores da grande ou da pequena propriedade como elementos alternativos para o desenvolvimento econômico e social. O exemplo inglês para a primeira e o francês para a segunda constituem os modelos para as discussões administrativas. Somente a defesa da grande propriedade, porque a única existente em grandes proporções, encontra suporte empírico na realidade brasileira e os benefícios por ela proporcionados à Província constroem a argumentação dos seus defensores. Conjugavam-se explicitamente os interesses da grande lavoura aos interesses da Província. A necessidade de acomodação, que principalmente as áreas mais depauperadas tiveram de encontrar, moldou uma forma intermediária que propunha a coexistência da grande e da pequena propriedade. Era o resultado do desmembramento de parte das terras de fazendas deficitárias que, possibilitando a posse do terreno ao colono, garantia a existência de mão-de-obra disponível para as tarefas de capina e de colheita, na propriedade maior.

Foi também nucleada na emergência do trabalho livre que se intensificou a preocupação com a forma da exploração da terra. A monocultura e a diversificação das culturas agrícolas constituem frequentemente o encadeamento natural das argumentações de defesa da grande e da pequena propriedade.

Ainda no campo dos relatos dos agentes históricos responsáveis pela solução da crise da lavoura, enquanto fração da classe no exercício do poder, encontram-se definidos dois modelos de discursos:

— Os motivados proximamente pela questão imigratória, mas que objetivam a defesa da grande propriedade, constituindo os imigrantes os meios de que lançam mão para a manutenção deste tipo de unidade produtora com a transformação das relações de produção. Nesses discursos os governos central e provincial são chamados colaboradores da política defendida e consideram-se opositores os que defendem a pequena propriedade. O trabalhador nacional constitui ele-

mento secundário cujo aproveitamento problemático é somente mencionado.

— O segundo tipo de discurso, também motivado proximamente pela necessidade de trabalhadores livres, objetiva o engrandecimento da Pátria e considera como meio a ser utilizado, o aproveitamento de todos os elementos disponíveis, sejam eles nacionais ou estrangeiros, e consideram positivamente a pequena propriedade como uma das formas de fixação desses elementos. Como no modelo anterior, os poderes públicos (governos central e provincial) surgem como colaboradores necessários e o obstáculo à plena realização do objetivo proposto inscreve-se na incerteza do imigrante sem recursos que não se fixa definitivamente quando inexistente o auxílio mencionado. A conjunção do objetivo e do colaborador num mesmo objeto — a Pátria e seu representante institucional, o governo — representa, nos relatos analisados, um desvio do objetivo grande propriedade para um objetivo mais abstrato que se apresenta como recurso possível para a defesa da posição oposta à defendida no primeiro modelo. Lembrando que naquele os interesses da grande propriedade são iguais aos interesses da Província e do país, a apresentação dos interesses da Pátria, não imediatamente iguais ao da grande lavoura no segundo, onde o desenvolvimento é considerado objetivo em si, atribui uma relativa autonomia à noção de Pátria.

O termo Pátria como elemento prioritário do discurso surge no contexto da transformação do regime de trabalho como argumento que se opõe à conjunção grande propriedade — interesses provinciais — interesses nacionais. Essa oposição indica posições de classe diferenciadas frente a uma mesma conjuntura tensa e encaminha a indagação sobre a presença de frações de classes diferentes participando do governo do Estado. Reforça esta observação o encaminhamento da avaliação das vantagens que necessariamente seriam auferidas pela incorporação ao sistema produtivo do "nacional" livre, representado pela categoria social — agregado. Paralelamente à utilização econômica, desenvolve-se o ataque à situação social do agregado como dependente e inaproveitado eficientemente pelo proprietário das terras em que vive e o ataque às posições políticas por ele assumidas quando pressionado por esses proprietários. A proposta de melhor aproveitamento dos fatores de produção disponíveis e de desagregação de uma categoria social que conferia poder aos proprietários indica não só posições diferenciadas no interior da ideologia dominante, podendo corresponder à existência de frações de classes diferentes na gerência do poder, mas também encaminha a possibilidade de estudo, a partir da documentação que utilizamos para este trabalho, da persistente luta entre as tendências centralizadora e descentralizadora para a organização política da formação social Brasil.



RELATÓRIOS DE PRESIDENTES DA PROVINCIA DE SAO PAULO  
UTILIZADOS COMO DOCUMENTAÇÃO PARA ANÁLISE:

- Discurso José Antônio Saraiva, 1855.  
Relatório Antônio da Costa Pinto e Silva, 1871.  
Relatório José Fernandes da Costa Pereira Junior, 1872.  
Relatórios Sebastião José Pereira, 1876 e 1877.  
Relatórios João Baptista Pereira, 1878.  
Relatório Sebastião José Pereira, 1878.  
Relatório Laurindo Abelardo de Brito, 1881.  
Fala de Francisco de Carvalho Soares Brandão, 1883.  
Relatório Visconde de Itú, 1883.  
Fala do Barão de Guajará, 1884.  
Relatórios João Alfredo Correa de Oliveira, 1885, 1886.  
Fala de José Luiz de Almeida Couto, 1885.  
Relatório e Exposição do Barão de Parnaíba, 1887 e 1888.  
Relatório Francisco de Paula Rodrigues Alves, 1888.  
(Nota: esses Relatórios encontram-se na Biblioteca do Arquivo do Estado de São Paulo).